

Leitorados e outras questões

José Manuel da Costa Esteves

Cátedra Lindley Cintra

Universidade Paris Ouest Nanterre La Défense

(Artigo publicado in : *Uma Política de Língua Para o Português*, (Actas do Curso de Verão "A política do Português em África e na Europa Arrábida, 1998, dir. de Maria Helena Mateus, Lisboa, Ed. Colibri, 2002.)

Os Leitorados de Português foram criados na década de 30 pela Junta de Educação Nacional, inserindo-se numa política para a expansão das línguas surgida na Europa ocidental que preconizava a aprendizagem das línguas através dos métodos directos. O Leitor, professor da sua língua materna numa universidade estrangeira, encarna assim 'naturalmente' a função de veicular a sua língua e cultura. Os primeiros leitores são bolseiros do Estado português que se encontravam já no terreno. É assim que, em 1930, o Engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto é solicitado para abrir o primeiro Leitorado de Português na Universidade da Sorbonne, seguindo-se-lhe a criação dos de Santiago de Compostela, de Hamburgo, e logo depois Berlim, Colónia, Toulouse, Bordéus e Montpellier, para onde é nomeado Vitorino Nemésio.

A Segunda Guerra Mundial trava a criação dos leitorados, mas não impede totalmente o ensino da língua e cultura portuguesas. Nos anos 50 o Instituto de Alta Cultura retoma a criação de novos leitorados a um ritmo que não parará de crescer até à década de 70, data em que já funcionavam 65 leitorados espalhados pelos quatro continentes, embora com uma forte concentração na Europa. A partir de 1975, com as novas relações diplomáticas com outras áreas geográficas ou políticas, esse ensino expande-se pelo Leste Europeu, África, Ásia, chegando-se à década de 90 com aproximadamente 160 leitorados.

Até aos anos 70 vigorou o modelo de Leitor, professor de língua e cultura portuguesa com a necessidade de permanecer algum tempo numa universidade estrangeira, na área das Humanidades, de modo a aprofundar os seus estudos e pesquisas conducentes a uma tese de doutoramento. Desta forma divulgavam a língua e a cultura portuguesas no estrangeiro ao mesmo tempo que traziam para Portugal o que de melhor se produzia a nível do pensamento europeu ou mesmo mundial.

Muitos desses leitores eram assistentes universitários em Portugal ou futuros professores do ensino superior.

Com a fase de expansão dos leitorados e o desenvolvimento dos métodos audio-orais e audio-visuais sente-se a necessidade de enviar para o estrangeiro professores com uma boa formação científica, mas também com experiência de ensino de línguas estrangeiras (Francês, Inglês ou Alemão), normalmente habilitados com estágio pedagógico numa dessas línguas. Os métodos funcionais para o ensino-aprendizagem das línguas estrangeiras vieram sublinhar a tendência anterior : enviar para o estrangeiro leitores dotados de técnicas pedagógicas eficazes e eficientes de modo a porem os alunos a falar e a escrever o mais rapidamente possível, sem no entanto descurem a promoção da cultura portuguesa em todas as suas vertentes. Assim, o Instituto de Língua e Cultura Portuguesa começou a recrutar leitores provenientes fundamentalmente dos Ensinos Básico e Secundário, proporcionando-lhes uma formação prévia (com conteúdos e duração variáveis) de modo a reconverterem as suas técnicas pedagógicas para o Português como Língua Estrangeira com uma didáctica específica.

As necessidades de comunicação da sociedade contemporânea e a introdução de técnicas multimédia no ensino vêm acentuar ainda mais a urgência de se afinar e definir o perfil do leitor actual. Efectivamente o leitor dos nossos dias tem de ser um verdadeiro profissional num vasto campo de actuação: professor de língua e cultura, investigador, conector de materiais pedagógicos, animador cultural, formador de professores (no caso dos países africanos de língua portuguesa). Além da tarefa primeira de ensino da língua e cultura, os leitores são divulgadores permanentes junto dos alunos, na comunidade escolar em que se inserem, na região e mesmo no país: organizam ciclos de conferências e exposições, promovem encontros com personalidades representativas da cultura portuguesa, são intermediários na geminação de cidades ou regiões, promovem ciclos de cinema, intercâmbios universitários, apoiam associações, etc.

O leitor de hoje tem de ser altamente competente no exercício das técnicas pedagógico-didácticas de modo a que, numa época que coloca cada vez mais a palavra em trânsito, o aluno se exprima em Português rapidamente. Exige-se dele, por outro lado, o domínio de várias áreas do saber que ultrapassam a sua formação académica. Situando-se o interesse dos alunos mais na contemporaneidade, o leitor tem de estar permanentemente informado (ou saber onde pode ir colher essas informações) sobre o que acontece, se faz, se produz, se publica em Portugal. O leitor tem de ser capaz de divulgar e de problematizar a sua cultura no seu próprio movimento, sendo capaz de falar de áreas tão vastas como, por exemplo, literatura, história, arte, música, cinema, instituições, comércio, design, moda, etnografia, turismo, sistema educativo.

Em muitas universidades é também o leitor de Português, atento à importância da Lusofonia, que divulga as literaturas e culturas brasileira e dos países africanos de língua portuguesa.

O leitor tem de ser um bom e exigente professor, mas também um universitário, um profissional da indústria cultural e, de certa forma, um diplomata, na medida em que, dentro ou fora do espaço universitário, permanentemente transmite uma imagem do seu país. O amadorismo e as boas intenções, que nortearam gerações sucessivas de leitores, obtendo com escassos meios resultados prodigiosos, são no entanto cada vez mais incompatíveis com as exigências do ensino moderno. E se hoje existem

alguns materiais pedagógicos, de grande qualidade, disponíveis no mercado editorial português, há ainda carências gritantes na área dos multimédia. Ao leitor devem ser dadas todas as possibilidades de formação e de actualização científica, pedagógico-didáctica e tecnológica. Sabemos actualmente que os meios modernos de comunicação transportam o discurso real para a sala de aula, fornecendo aos alunos os materiais linguísticos e civilizacionais necessários ao desenvolvimento das suas capacidades de comunicação e à abertura pela cultura do outro. Só com o apoio das várias instituições que têm a tarefa de promover a língua portuguesa, se poderá avançar rapidamente para a produção de outros suportes pedagógicos que acompanhem as exigências da vida moderna. É de uma correcta perspectivação do ensino da Língua e da Cultura, assim como da definição do perfil, funções e deveres do leitor que dependerá também o sucesso de uma estratégia de comunicação e, em última análise, de uma política de língua.

Os leitores de Português têm sido agentes fundamentais da política cultural externa desde a criação do Instituto de Alta Cultura em 1936, a mais antiga instituição portuguesa com a vocação de promover e divulgar a língua e a cultura portuguesas no estrangeiro. Abarcando uma vasta população escolar, espalhada por todo o mundo, têm chamado a atenção e despertado vocações para a nossa língua e cultura. E mesmo nas universidades em que o Português não é a matéria de especialização do aluno, escolhendo-a apenas como língua de opção, durante um ou mais anos, são inumeráveis as gerações de alunos que têm descoberto a nossa cultura. Esses alunos, em regime de opção, constituem aliás, um viveiro fundamental para a existência do Português no ensino superior estrangeiro, dado eles próprios se tornarem, muitas vezes, nos vários círculos em que se movimentam, divulgadores do nosso património cultural.

O leitor só poderá desempenhar cabalmente a sua missão se estiver plenamente consciente que precisa de extravasar para o outro o seu amor pela língua e cultura, aliciando o aluno através de uma energia transbordante e contagiante, capaz de o conquistar e transformar também noutro (ou não fosse todo o ensino uma prática transformadora). E se a aprendizagem de uma língua implica uma renovação do ser, tornando-se num terreno altamente propício à transformação, o leitor de Português terá sempre de chamar atenção para a riqueza do conhecimento desta língua, falada por povos de países, raças, religiões, ideologias diferentes, levando o aluno a diferentes maneiras de pensar, de conceber o tempo e o espaço, as relações humanas, as estruturas simbólicas, o imaginário.

Apesar da universalidade da língua portuguesa e o seu estatuto de língua de comunicação internacional, os leitores deparam-se, no exercício da sua missão, em certos países europeus, com dificuldades com a manutenção das suas turmas ou com a integração da disciplina nos *curricula*. A cada passo precisam de estar atentos, de modo a não perderem terreno e, se possível, até a conquistá-lo, porque a diversidade linguística por um lado, e as tendências hegemónicas a que assistimos por outro, implicam uma permanente presença junto dos que têm o poder de decidir. Não esqueçamos que a língua portuguesa é ainda desfavorecida socialmente por estar colada aos fluxos migratórios, embora haja a registar a este nível uma mudança importante nas mentalidades. Só com uma correcta e sistemática definição de uma política da língua, claramente estabelecida nas suas etapas e estratégias, se podem romper os escolhos que ainda persistem no caminho.

Promover a língua portuguesa no mundo terá sempre que ter em conta a divulgação do nosso património artístico e cultural. O trabalho desenvolvido pelos leitores tem de ser apoiado pelos organismos oficiais, pois só dessa forma se poderá aprofundar o trabalho já realizado. Há que definir, sem ambiguidades, uma correcta política cultural no estrangeiro, assim como uma política para as línguas, de modo a alicerçar os resultados alcançados e a traçar as metas para o futuro, devidamente programadas e estruturadas. Deve promover-se a concertação política e das vontades de modo a que o trabalho do leitor, em articulação com as autoridades académicas locais não seja um acto isolado. Com grandes operações culturais, e uma ampla difusão nos meios de comunicação social, a acção dos leitores pode ser multiplicada e trazer resultados benéficos para a imagem de Portugal no estrangeiro.

Mas todos sabemos que não há política sem responsável político. Quem são os responsáveis políticos para a língua no nosso país? Basta vermos como no estrangeiro o sistema de ensino assegurado por Portugal está sob a tutela de dois ministérios diferentes (Ministério da Educação e Ministério dos Negócios Estrangeiros). Será possível definir uma política para o Português sem que se saiba qual é a política para as línguas? Como se justificam as sucessivas hesitações de Portugal na aplicação da directiva comunitária que preconiza a aprendizagem de, pelo menos, duas línguas estrangeiras? Quem estuda línguas estrangeiras em Portugal, além dos alunos dos cursos das áreas de Humanidades? Aliás, haveria que retirar muitos benefícios de uma aproximação da aprendizagem das línguas estrangeiras das das ciências exactas, indispensável não só para a formação intelectual, mas porque facilitaria também a aprendizagem das línguas, pois no seu ensino há uma tendência errónea para se apagar o papel da análise ou a aprendizagem de raciocínios hipotéticos, dedutivos ou analógicos.

A dissolução da CNALP, que poderia ter sido uma espécie de alto-comissariado para a Língua Portuguesa com o papel de definir uma política da língua, a não aplicação do acordo da reforma ortográfica, o papel pouco claro desempenhado até hoje pela CPLP são outras tantas interrogações que poderíamos aqui colocar.

Na Europa o desconhecimento que envolve a nossa língua e cultura e a ambiguidade que se desenvolveu ao longo de anos à volta de uma língua à qual se justapôs a imagem de língua de emigração, não facilitam a sua expansão no ensino. Verifica-se também que muito raramente os países de língua portuguesa aparecem mencionados nos programas escolares das respectivas línguas, geografia ou história.

A política de apoio à tradução da parte das autoridades portuguesas desde 1985 tem dado os seus frutos. Em França, por exemplo, há mais de 800 títulos de obras portuguesas traduzidas, facilitando-se assim o seu acesso ao cidadão comum (embora haja uma grande carência na área da literatura juvenil). As páginas que jornais ou revistas consagrados dedicam à literatura portuguesa ou outras artes, como o cinema, chamam a atenção do público para a nossa língua e cultura. Será indiscutível hoje que só com a presença constante e regular nos média é possível promover a língua e a cultura portuguesas.

Se o ciclo do Português como língua de emigração está a chegar ao fim, torna-se agora imperioso definir outras estratégias, de modo a que a língua portuguesa possa também ser aprendida no ensino precoce e não só no ensino secundário ou superior.

É provável que uma criança que aprenda Português no ensino precoce tenha um dia um horizonte mais alargado desta área linguística e tenha talvez a vontade e o prazer de a querer continuar a estudar noutros níveis de ensino. O ensino da língua portuguesa no estrangeiro iniciou-se no ensino superior, como dissemos atrás, tendo sido nalguns países incluída no leque de línguas a estudar no Ensino Secundário. Nos nossos dias cada vez se aposta mais na aprendizagem precoce das línguas. Portugal não se deve alhear desta realidade: é necessário definir uma política da língua que estabeleça as etapas e metas que vão do ensino precoce ao ensino superior. Trata-se de um verdadeiro investimento a curto, médio e longo prazo. Torna-se necessário partir dos alicerces para chegar ao futuro. Em França, por exemplo, o número de especialistas no ensino superior está ainda hoje, bastante ligado à presença da comunidade portuguesa mas estes números têm evidentemente tendência a baixar.

As autoridades portuguesas não devem descurar este facto e devem estar atentas de modo a não apoiarem apenas as crianças luso-descendentes ou os alunos do ensino superior que tiram um curso com a componente de Português. Deve ser encorajada a escolha do Português como língua de opção nas universidades e pôr à disposição dos alunos, com uma maior carga horária, cadeiras de iniciação à língua portuguesa de modo a que no decurso dos seus estudos se possam tornar especialistas. Os leitores de Português poderiam assegurar este tipo de ensino para o qual estão vocacionados e habilitados. Se as universidades não forem sensíveis a esta possibilidade, dificilmente a língua portuguesa poderá a curto prazo manter o número de alunos que tem actualmente (em França cerca de 8000).

As bolsas de estudo para os cursos de Verão atribuídas pelo Instituto Camões aos leitorados de Português são, na perspectiva atrás enunciada, um incentivo e complemento indispensáveis para a formação dos estudantes estrangeiros. Um aluno que inicie o estudo do Português na universidade e que queira prosseguir os seus estudos nessa área terá necessariamente de estudar durante um certo tempo no país de modo a contactar com a realidade portuguesa e a desenvolver as suas capacidades de comunicação.

A falta de uma verdadeira política para os luso-descendentes, que têm cada vez mais consciência que o seu bilinguismo é um factor de riqueza e não um fardo imposto pela história, tem sido desencorajante para gerações de jovens que não se vêem reconhecidos na sua especificidade. Há que construir materiais pedagógicos específicos para este público assim como apoiá-los na realização de actividades culturais que lhes permitam um melhor conhecimento da realidade portuguesa.

Sabemos também que as línguas se expandem graças à rádio, televisão, satélite, internet, desde que para isso se criem os suportes necessários. Neste sentido a RTPi poderia conquistar mais espectadores se adaptasse a sua programação, difundida de forma uniforme, ao público local. Não me pareceria despropositado, à semelhança de outras redes por cabo, que houvesse programas em línguas estrangeiras sobre Portugal. Aliás a promoção da cultura portuguesa no mundo não pode dispensar o recurso às línguas estrangeiras. Vejamos apenas um exemplo, o caso da investigação (com a excepção das ciências exactas): por que são ignorados os trabalhos portugueses de análise linguística ou teoria literária? Não são de modo algum de qualidade inferior, muito pelo contrário, mas só por serem publicados exclusivamente em Português.

Em resumo, gostaria de deixar aqui expressas algumas preocupações e sugestões :

- necessidade de concertação urgente entre todos os intervenientes na política cultural externa, nomeadamente entre os responsáveis pelos vários níveis de ensino;
- clarificação da política portuguesa quanto aos objectivos a atingir em determinadas áreas geográficas ou linguísticas;
- apoio de Portugal à elaboração de material pedagógico a elaborar sempre em colaboração com os professores e organismos estrangeiros;
- necessidade de organização de operações culturais de prestígio que promovam a Língua e a Cultura Portuguesas junto da comunidade portuguesa espalhada pelo mundo e entre os estrangeiros;
- apoio às várias associações espalhadas pelo mundo que promovem a Língua e a Cultura Portuguesas, sem que tal colida com o respectivo sistema educativo;
- construção de materiais didácticos que utilizem os mais modernos meios de aprendizagem assim como o tratamento automático das línguas;
- proceder a descrições exaustivas da língua portuguesa e divulgar esses trabalhos junto dos leitores e outros agentes de ensino de modo que sejam conhecidos no estrangeiro e se tornem preciosos instrumentos de trabalho;
- sensibilizar a RTPi para o seu papel na divulgação da língua e cultura portuguesa no estrangeiro junto da comunidade estrangeira e do público estrangeiro em geral;
- redefinir a rede de leitorados, assim como o perfil, funções, direitos e deveres dos leitores de Português através de um estatuto;
- revalorizar a função de leitor e dar-lhe condições materiais para viver com dignidade;
- fomentar a coordenação de todos os leitores, por zonas geográficas ou áreas linguísticas, assim como de todos os intervenientes no ensino e divulgação da língua portuguesa;
- criar uma rede de leitorados onde possam ser contemplados cursos de Comércio, Turismo, Tradução, Interpretariado, Relações Internacionais, Gestão, Engenharia, Institutos de Formação de Professores, etc.;
- formação científica e pedagógica dos leitores, nomeadamente no que diz respeito às outras vertentes do Português não europeu que são um factor de atracção para imensos alunos;
- homologação dos testes, certificados e níveis de língua de modo a que possa haver uma verdadeira mobilidade na UE;
- no alargamento da UE, a língua portuguesa tem de figurar como língua de trabalho, assim como noutros organismos internacionais, não podendo de modo algum ficar de fora das zonas das grandes línguas, devido à importância da língua portuguesa no mundo;

- necessidade de se criarem em certas capitais bibliotecas, centros de informação e de documentação de modo a poderem servir os agentes de ensino, assim como todos aqueles que procuram informações sobre Portugal;
- implementação, nos casos em que para tal haja condições, e em articulação com as autoridades locais, do ensino precoce da língua portuguesa como língua estrangeira.

Apesar dos progressos já realizados, a Língua Portuguesa ainda é mal conhecida no estrangeiro. A qualidade que os professores dão a uma aula trará sempre resultados benéficos. Mas hoje os professores pouco podem fazer sem a ajuda dos diplomatas, políticos e da sociedade em geral.

Qualquer política da língua para o Português terá que começar com um questionamento da nossa própria relação com a língua materna, com as outras línguas estrangeiras que povoam o nosso corpo e espírito para compreendermos o que significa partilhar uma língua com o outro, esse lugar imprevisível, aberto a toda a navegação e alteridade, alegria incomensurável e dificilmente balizável.

(Arrábida, Julho de 1998)